



DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1. ENTE

Nome: Prefeitura Municipal de Maracanaú / CE
Endereço: Rua Edson Queiroz, 270
Bairro: Centro
Telefone: 853521-5850
Fax:
CNPJ: 07.605.850/0001-62
Complemento:
CEP: 61900-200
E-mail: ipmmracanau2013@gmail.com

2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

Nome: JOSÉ FIRMO CAMURÇA NETO
Cargo: Prefeito
E-mail: ipmmracanau2013@gmail.com
CPF: 221.108.103-78
Complemento do Cargo:
Data Início de Gestão: 01/01/2016

3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNICÍPIO/UF

Nome: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE MARACANAU - IPM-MARACANAU
Endereço: Avenida III, nº 268
Bairro: Jereissati I
Telefone: 853521-5078
Fax: (085) 3521-6504
CNPJ: 17.943.447/0001-05
Complemento:
CEP: 61900-360
E-mail: ipm.maracanau@gmail.com

4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

Nome: THIAGO COELHO BEZERRA
Cargo: Presidente
Telefone:
Fax:
Complemento do Cargo:
CPF: 984.871.163-53
Data Início de Gestão: 31/03/2017
E-mail: thiagocoelhobezerra@gmail.com

5. GESTOR DE RECURSOS

Nome: MICHAELE FEITOSA PESSOA
Cargo: Gerente
Telefone:
Fax:
Complemento do Cargo:
CPF: 619.914.733-20
Data Início de Gestão: 22/08/2022
Entidade Certificadora: Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais - APIMEC/CGRPPS-1297
Validade Certificação: 15/06/2019
E-mail:

6. RESPONSÁVEL PELO ENVIO

Nome: THIAGO COELHO BEZERRA
Telefone:
Fax:
Data de envio: 04/01/2016
CPF: 984.871.163-53
E-mail: thiagocoelhobezerra@gmail.com

7. DEMONSTRATIVO

Exercício: 2016

Responsável pela Elaboração da Política de Investimentos: Thiago Coelho Bezerra

CPF: 984.871.163-53

Data da Elaboração: 09/12/2015 Data da ata de aprovação: 10/12/2015

Órgão superior competente: CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA

Meta de Rentabilidade dos Investimentos

Indexador: IPCA Taxa de Juros: 6,00 %

Divulgação/Publicação: (X) Meio Eletrônico () Impresso

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos	
	Limite da Resolução %	Estratégia de Alocação %
Renda Fixa - Art. 7º		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100,00	0,00
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00	70,00
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00	0,00
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III, a	80,00	20,00
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, a	30,00	0,00
Poupança - Art. 7º, V, a	20,00	0,00
FI em Direitos Creditórios – Aberto - Art. 7º, VI	15,00	5,00
FI em Direitos Creditórios – Fechado - Art. 7º, VII, a	5,00	0,00
FI Renda Fixa Crédito Privado - Art. 7º, VII, b	5,00	0,00
Renda Variável - Art. 8º		
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	30,00	0,00
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20,00	0,00
FI em Ações - Art. 8º, III	15,00	0,00
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00	0,00
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00	0,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00	5,00
Total		100,00

Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos

4.1 Cenário Macroeconômico

Para embasar as decisões de investimento do RPPS será elaborado cenário macroeconômico com revisões mensais. Para estas projeções com indicadores macroeconômicos de curto prazo do exercício de 2016 serão usados o relatórios FOCUS do Banco Central e Relatório de Mercado da ANBIMA como base.

4.1.1 Internacional

Em outubro de 2015, o FMI estima que o crescimento do PIB global para 2016 será de 3,6%. Uma taxa maior do que será alcançada em 2015 e muito próxima da mede de 3,5% verificada entre 1980 e 2014.

Apesar da continuada recuperação de países desenvolvidos, como EUA e Reino Unido, a situação será incerta na zona do euro, no Japão e principalmente na China e na maioria das economias emergentes. Os baixos preços das commodities e as pressões sobre as moedas desses países aumentaram significativamente os riscos para evolução da atividade econômica.

Os riscos geopolíticos deverão continuar elevados, sobretudo na Ucrânia e no Oriente Médio. A chamada crise de refugiados terá sérios impactos, sobretudo na Europa e os custos econômicos e sociais poderão ser enormes.

4.1.2 Nacional

De acordo com FMI, o Brasil deveria fazer uma série de reformas estruturais, para que possa voltar a crescer, porém sem recurso para investir e sem ter sucesso na aprovação de medidas do chamado "ajuste fiscal", que lhe permitira o reequilíbrio orçamentário, o governo tem reduzida margem de manobra para incentivar a economia e recuperar a confiança do empresariado em investir.

Com a indústria e o comércio acumulando forte crescimento negativo, o único setor de atividade que enseja melhor expectativa é o do agronegócio, também graças a atual taxa de câmbio. Nesse cenário sombrio, ale da importante queda na arrecadação de impostos, que amplia ainda mais o desajuste fiscal, o mercado de trabalho deverá ter dias ainda piores. A taxa de desemprego que atingiu 8,7% no trimestre encerrado em agosto, poderá superar os 12% em 2016.

As perspectivas para 2016 apontam outro ano de enormes desafios. Enquanto persistir o impasse político, cujo desfecho é imprevisível, a economia real terá quase nenhuma chance de reativação.

4.1.3 Taxa Selic

Sendo a taxa SELIC o referencial de juros na economia brasileira, diante do cenário mundial e doméstico, o mercado é praticamente unânime na previsão de fechar o ano de 2015 em 14,25 por cento, em face de uma atividade doméstica pouco dinâmica e uma inflação persistente perto de 9,46%; e a projeção para 2016 é de uma redução na taxa básica de juros para 13,25 por cento, de acordo com o relatório FOCUS do Banco Central divulgado em 13/11/2015. Há dúvidas sobre as decisões do governo brasileiro a respeito da condução da política fiscal, seu ajuste ou do ritmo de reajustes dos preços administrados, dificultando para o Banco Central indicar para o mercado o comportamento esperado da inflação. Assim, qualquer decisão envolvendo alterações nos juros nesse momento teria um forte componente especulativo. Por essa razão, os prognósticos apontam para estabilidade da SELIC até meados de 2016.

4.1.4 Inflação

Com a situação fiscal deteriorada, o combate à inflação continua e poderá continuar dependendo apenas da insuficiente política monetária adotada pelo Banco Central.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em 12 meses, até novembro de 2015, somou 10,47%, ultrapassando a meta central (4,5%). Em 2015 o índice alcançou a maior alta em quase 20 anos.

O relatório FOCUS de 13/11/2015 registrou previsão de fechamento em 2015 de 10,04 por cento e para 2016 de 6,76 por cento, revelando diminuição nas projeções.

4.1.5 Produto Interno Bruto - PIB

O PIB que é a soma de bens e serviços do país vem sofrendo nos últimos trimestre queda consecutiva, em 2014 fechou muito próximo de zero, o que significa que o crescimento do Brasil estagnou. Porém em meio a um cenário econômico de muitas incertezas e instabilidades, o PIB em 2015 ficou negativo nos dois primeiros trimestres representando forte recessão da economia do país, tendo como projeção, conforme relatório Focus de 13/11/2015, -3,10 por cento. Para 2016 a expectativa é de que o índice se mantenha negativo próximo a -2,00 por cento.

Projeção de indicadores macroeconômicos para exercício de 2016:

Projeções Macroeconômicas

BRASIL 2015

Variáveis	Pessimista	Provável	Otimista				
PIB			(%)	de	crescimento		(real)

IPCA(%)	8,76	6,76	4,50							
IGP-M										(%)
Taxa	8,19	6,19	4,19							
				de		Câmbio		final		(R\$/US\$)
Taxa	4,50	4,08	3,80							
Taxa				Selic		(final		do		ano)
Taxa	15,00	13,25	11,00							
Taxa				Selic		(média		do		ano)
Taxa	16,00	14,06	12,00							
Taxa				de	Juros	Real		(deflacionado		IPCA)
Taxa	6,66	6,84	7,18							

Objetivos da gestão

O objetivo é garantir o equilíbrio de longo prazo entre o ativo e passivo do IPM obedecendo a seguinte meta:

- Meta atuarial: 6% ao ano + inflação (IPCA) projetada para 2016 de 6,76% ao ano, totalizando uma rentabilidade anual de 13,17%;

A meta é definida como a meta necessária para que não seja gerado déficit atuarial em virtude das aplicações.

Estratégia de formação de preços - investimentos e desinvestimentos

Os investimentos deverão acontecer de forma indireta, ou seja, via cotas de fundos de investimentos.

Critérios de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável

O comitê de investimento irá credenciar as instituições financeiras interessadas em receber aplicações de recursos do IPM estão obrigadas a se credenciar junto à Unidade Gestora obedecendo ao “Regulamento para Credenciamento de Instituições Financeiras, Sociedades Corretoras e Distribuidoras, Gestora e Administradora de Títulos e Valores Mobiliários e seus produtos” disponibilizado no site do IPM.

Os investimentos específicos são definidos com base na avaliação risco/retorno, no contexto do portfólio global do IPM.

Individualmente, os retornos dos ativos são projetados com base em um modelo que parte do cenário macroeconômico (nacional e internacional) e projeta os impactos desse cenário para o comportamento da curva futura de juros no caso da Renda Fixa, e para os diversos setores econômicos e empresas no caso da Renda Variável.

- As informações utilizadas para a construção dos cenários e modelos acima descritos serão obtidas de fontes públicas e de consultorias privadas.

Os investimentos deverão acontecer de forma indireta, ou seja, via cotas de fundos investimentos.

A definição dos fundos de investimentos de renda fixa abertos e das instituições intermediadoras que receberão os recursos do IPM se darão, pelo Comitê de Investimento, que deverá se reunir trimestralmente para definir quais fundos serão aplicados no próximo trimestre, preferencialmente, pelos classificados como de baixo risco de crédito, ou seja, aqueles enquadrados como “Investment Grade”, fundamentadas em classificações de risco (rating) no mínimo “BBB+” conferidas preferencialmente pelas seguintes agências:

- Standards Poors;
- Moody’s
- Fitch IBCA
- Atlantic Rating
- SR Rating

- LIMITAÇÕES

Serão observados os limites de concentração dos investimentos da seguinte forma:

- O limite e o segmento de aplicação permitida pela respectiva Política de Investimento obedecerá o que consta nas subseções I, II e III, da Seção II, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.922, de 25 de novembro de 2010.
- O limite geral desta Política de Investimento obedecerá ao que consta na subseção I, da Seção III, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.922, de 25 de novembro de 2010.

- RESTRIÇÕES

A vedação desta Política de Investimento obedecerá ao que determina na subseção VI, da Seção IV, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.922, de 25 de novembro de 2010.

Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos

Nos investimentos indiretos via fundos de investimentos deverão ser levados em conta os seguintes riscos envolvidos nas operações:

- Risco de Mercado – é o risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro, corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado, tais como taxa de juros, preços de ações e outros índices. É ligado às oscilações do mercado financeiro.
- Risco de Crédito - também conhecido como risco institucional ou de contraparte, é aquele em que há a possibilidade de o retorno de investimento não ser honrado pela instituição que emitiu determinado título, na data e nas condições negociadas e contratadas;
- Risco de Liquidez - surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado. Ocorre quando um ativo está com baixo volume de negócios e apresenta grandes diferenças entre o preço que o comprador está disposto a pagar (oferta de compra) e aquele que o vendedor gostaria de vender (oferta de venda). Quando é necessário vender algum ativo num mercado ilíquido, tende a ser difícil conseguir realizar a venda sem sacrificar o preço do ativo negociado.
- Risco de Descasamento (Ativo/Passivo) - para que os retornos esperados se concretizem é necessário o acompanhamento do desempenho das aplicações selecionadas pelos Gestores do IPM. Para tanto, a empresa de consultoria fará a medição dos resultados, utilizando as informações atuariais para o casamento entre o passivo e o ativo, priorizando a liquidez, risco e retorno dos investimentos do IPM IBICUITINGA.

Observações

Não há observações.

Declaração: A Política de Investimentos completa e a documentação que a suporta, encontra-se à disposição dos órgãos de controle e supervisão competentes

Representante Legal do Ente:	221.108.103-78 - JOSÉ FIRMO CAMURÇA NETO	Data: __/__/__	Assinatura:
Representante Legal da Unidade Gestora:	984.871.163-53 - THIAGO COELHO BEZERRA	Data: __/__/__	Assinatura:
Gestor de Recurso RPPS:	619.914.733-20 - MICHAELE FEITOSA PESSOA	Data: __/__/__	Assinatura:
Responsável:	984.871.163-53 - THIAGO COELHO BEZERRA	Data: __/__/__	Assinatura: